

UMA PROPOSTA DE ESTUDO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

Edmundo Alves de OLIVEIRA*

RESUMO: De forma sintética este artigo busca apresentar os caminhos que estabelecemos para a construção do objeto, bem como, a resolução teórico-metodológica da nossa pesquisa de doutoramento; que enfoca a crise do Estado desenvolvimentista tendo como tema central as conseqüências desta sobre o padrão organizacional e de identidade coletiva da sociedade brasileira, e conseqüentemente sobre a nacionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Crise do Estado Desenvolvimentista; Nacionalidade e Projeto Nacional.

Apresentação

Através das bases de uma crise que tem o *Estado como seu centro* e que acabou por contaminar todas as outras esferas a ponto de influir, como veremos, até no *padrão de identidade e de organização social coletiva (Nacionalidade¹)* constituída e operante nessa sociedade,

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UNESP - 14.800-910 - Araraquara - SP. Este artigo origina-se do projeto de doutoramento sob a orientação da Profa Dra Maria Teresa Miceli Kerbauy.

¹ O conceito de *Nacionalidade* por nós empregado neste projeto, mais que uma expressão jurídica ou uma concepção de igualdade étnica, lingüística, ou histórica, busca assentar-se numa definição direta com o Estado (Hobsbawm, 1990), assim a entendendo como a base (a expressão e síntese) do padrão de *identidade e solidariedade* coletivas (entendidas enquanto teias relacionais de representações e organizações sociais, políticas e econômicas do povo brasileiro e de sua sociedade), construída e reconstruídas ao longo da história deste país. Como afirma Hobsbawm (1990) Nação e Nacionalidade são modos pelos quais os indivíduos se definem e se redefinem enquanto pertencentes a um grupo e em relação entre si e com os outros, no caso brasileiro, esta definição de unidade e identidade, como veremos, é fundamentada na forte presença do Estado. Desta forma o conceito de Nacionalidade é definido como síntese histórica da solidariedade e da identidade coletivas, enquanto modelos relacionais e organizacionais estabelecidos no país num determinado período e por um determinado tipo de Estado.

estabelecemos a pesquisa de doutorado enquanto uma continuidade ao trabalho realizado no mestrado, cujo tema foi o impasse na reforma administrativa do Estado brasileiro no período do Governo de José Sarney ao de Fernando H. Cardoso (Oliveira, 1997). Assim, é partindo da mesma periodização, da premissa teórica já definida no mestrado, qual seja, da grande importância que o Estado adquiriu perante a sociedade; da situação de como se encontra essa instituição, e das dificuldades para elaboração de um novo projeto nacional² de desenvolvimento, que inserimos uma outra premissa teórica sobre a qual se fundamenta nossa análise, mas que ainda depende de comprovação, que é, a definição de nacionalidade do povo brasileiro está intimamente ligada ao seu Estado e a períodos históricos determinados, assim, o estudo sobre a Nacionalidade tem uma correlação direta com a crise atual do Estado brasileiro.

Uma vez estabelecidas as premissas básicas, podemos considerar como centro da análise, a idéia de que a crise do Estado brasileiro, nessas duas décadas, define-se concomitantemente com uma “crise” de nacionalidade, cuja solução de uma depende do futuro da outra. A sociedade brasileira atual, ao perder o Estado desenvolvimentista como principal agente dinamizador e de definição do processo de desenvolvimento, do padrão organizacional da sociedade e da identidade coletiva, não conseguiu até agora encontrar uma forma de equacionamento possível que possibilite a superação desse momento de crise, o que, só nos parece viável a partir da constituição de um novo *projeto nacional de desenvolvimento* e, assim, um novo *modelo de nacionalidade*.

A Nacionalidade Brasileira e a atual Crise do Estado:

A crise generalizada pela qual passa o Brasil nessas últimas duas décadas, tem como centro o questionamento da forma de configuração e atuação do Estado-Nação, que além de ser determinada por especificidades internas que perpassam toda a nossa história, está também, sintonizada com os acontecimentos internacionais de questionamento do Estado

² Projeto Nacional é aqui entendido como um esboço de unidade ou o seu resultado (síntese), que contém ou é contido por um modelo de desenvolvimento econômico e no qual se inter-relacionam a heterogeneidade de interesses, de compreensão do mundo e de identidades existentes, além das teias de interação entre as diversas esferas da sociedade.

Nacional e da organização de uma “nova ordem mundial” de desenvolvimento e de divisão internacional de trabalho.

Essa nova realidade internacional está permitindo a constituição de blocos econômicos supranacionais, eliminando as barreiras aduaneiras tanto para o capital como para o trabalho, gerando e obrigando a livre circulação de mercadorias, dinheiro e pessoas (“globalização”)³ o que, por um lado, mostra os limites cada vez mais estreitos pelos quais atravessa a concepção de Estado e de Nacionalidade e, por outro, nos permite perceber o quanto é importante a articulação política e institucional na geração das bases sociais estáveis e dos incentivos necessários para a manutenção do desenvolvimento e da ordem capitalista. Paradoxalmente, o Estado e a Nacionalidade são recolocados como o centro da arquitetura desse novo estágio da modernidade.

A centralidade da crise, expressando-se no Estado, nos dá a certeza inicial de que é nele que estão os elementos que diagnosticam e prognosticam esse período (Offe, 1984 e 1989). No caso brasileiro, a “década perdida”, como ficaram denominados os anos oitenta, demonstra bem as dificuldades de reformulação do modelo de Estado e suas conseqüências para o restante da sociedade, tanto para a solidariedade coletiva, como para a identidade social. Assim, devemos ressaltar que as relações sociais, políticas e econômicas em todos os níveis da sociedade são fortemente mediatizadas pelo Estado (Antunes, 1990; Draibe, 1985; Faoro, 1975; Fernandes, 1975; Franco, 1969; Gomes, 1988; Koval, 1982; Martins, 1987; Nardini, 1989; Saes, 1985; Schwartzman, 1982; Trindade, 1986; Uricoechea, 1978; entre tantos outros) e por isso sua crise ultrapassa os seus próprios limites estruturais, atingindo todos os níveis da sociedade, até mesmo os fundamentos da nacionalidade.

O Estado, ora em crise, desenvolveu um padrão de organização social e de identidade coletiva específicos para o funcionamento do desenvolvimentismo enquanto um projeto nacional. “Se o Estado sempre desempenha a função de organização da dominação (...), ele não o faz

³ A exacerbação dos regionalismos, nacionalismos e a fragmentação de unidades nacionais em quase todos os continentes são também expressões dessa nova realidade.

sempre do mesmo modo, é por isso que o Estado assume formas particulares. ” (Saes, 1985a, p. 23).

Através desse contexto podemos estabelecer, na história do país, uma relação conceitual e analítica entre Estado e Sociedade, e também definir que os padrões funcionais de organização social (solidariedade) e de identidade coletiva variam historicamente e junto com eles a própria nacionalidade⁴. Na atual conjuntura brasileira há uma problematização cada vez mais acentuada na definição do conceito de nacionalidade, pois os referenciais diretos de definição (identidade, solidariedade coletivas e o próprio Estado) estão também passando por um processo de crise e, assim, de reelaboração de estrutura e significado.

I

A década de 80, os anos 90 e seus acontecimentos exprimem mais que a passagem de um regime autoritário para um democrático: são expressões também da crise final do Estado e do modelo desenvolvimentistas (Fiori, 1995b), que unida a uma crise econômica e fiscal, à falta de perspectiva de viabilização de um novo padrão de desenvolvimento a curto prazo e às transformações que estão ocorrendo no mundo produziram uma instabilidade no equilíbrio das forças que lastrearam a estrutura organizacional da sociedade e o modelo de Estado até então vigente. Constituindo, assim, uma realidade na qual a proposta desestatizante é muito forte (Fiori, 1995b) e em que a crise ganha uma profundidade e complexidade, que acreditamos, só encontra paralelo da década de 30, pois parece que se chegou ao limite da capacidade de atuação do Estado (“Varguista”) através do seu padrão de “compromisso” (Weffort, 1978) entre os vários setores (interesses) na manutenção do modelo organizacional de sociedade e de identidade coletiva específicos do desenvolvimentismo.

⁴ Desta forma, estabelecemos critérios objetivos de definição da nacionalidade retirando-a do espaço puramente ideológico. Entendemos, então, a Nacionalidade como uma construção histórica e, sendo assim, ela está em permanente redefinição e reelaboração, como, também, estão os elementos que a fundamentam.

Nesse momento, mais do que nunca, torna-se incontroláveis as expectativas coletivas, e os fatores econômicos, sociais e políticos fazem-se com enorme velocidade e (...) agrupam interesses extremamente variáveis e inorgânicos [por isso os acordos são instáveis e efêmeros]. Adensa-se o peso da força material dos grupos de interesses e das vontades políticas de cada setor ou região na imposição de uma solução que nascerá, inevitavelmente de prolongada luta sem leis nem fronteiras, que não sejam os impostos pelo próprio desenvolvimento do conflito. (Fiori, 1995a, 134).

A dificuldade de encontrar uma solução (consenso) a curto prazo exacerba o imediatismo e o individualismo, o que potencializa ainda mais a sinergia de estilhaçamento do Estado e a impossibilidade de orquestração de um projeto verdadeiramente nacional de desenvolvimento que possibilite, sob outro patamar, a reelaboração da identidade e da solidariedade coletivas. E ao diagnosticar que os únicos limites serão definidos pelo próprio conflito, Fiori nos demonstra, que a velha fórmula de equalização das distintas posições sociais e políticas através da ação de um Estado forte e autoritário não tem funcionado mais e, também, que existe uma perspectiva totalmente aberta para o futuro, pois, ao contrário do que prognostica Castoriadis, (1982) a conjuntura da crise parece, até agora, não estar formulando nenhum novo modelo instituinte.

Em síntese, se o capitalismo expandiu-se sustentado em uma lógica utilitária de mercado, o fez regulando este utilitarismo através de vários meios, mas sobretudo, reenquadrando-o e usando projetos coletivos capazes de fundar o consenso necessário a qualquer ética política. Normalmente, o ascetismo religioso por um lado e o nacionalismo pelo outro, cumpriram a perfeição estes papéis no desenvolvimento dos capitalismo tardios. No caso brasileiro, a ausência destas duas matizes institucionais e ideológicas criou um vazio ético, preenchido permanentemente pelas *idéias de eficiência e autoridade*, consubstancializada no objetivo e na *inevitabilidade do crescimento permanente e ininterrupto* [viabilizado por um Estado intervencionista]. (Fiori, 1995a, p. 95, grifo nosso).

Por isso sem desconhecer a importância das reformas institucionais, a reforma essencial do Estado começa.

necessariamente, por uma redefinição do compromisso entre atores sociais e econômicos de alcance regional, nacional e internacional. Desse modo, a reorganização do setor público só adquirirá sentido e viabilidade com a contraface indissociável da afirmação política e econômica de uma *nova estratégia de desenvolvimento* [estruturada junto com um novo modelo de nacionalidade]. Mas esta supremacia torna-se difícil em uma *sociedade com tamanho grau de heterogeneidade*, tão baixo grau de conglomeração de capital nacional e tão alto nível de internacionalização decisória na estrutura produtiva. (Fiori, 1995b, p. 114, grifo nosso).

O autor resume, a nosso ver, a situação em que se encontra o impasse do país - de ser brasileiro na atualidade -, e a necessidade de se restabelecer novos fundamentos organizacionais e de identidade da sociedade e da própria nação, pois num período de fragmentação das estruturas organizacionais (modernas) da sociedade e de constituição dos blocos econômicos como o Mercosul, Alca, Nafta, Comunidade Européia, entre outros, que aparecem como contraponto a essa realidade, o Estado continua sendo reconhecido como único sujeito e agente de representação e interlocução internacional, o que cria um situação paradoxal com as posições desestatizantes, característica de um período ainda carente de uma perspectiva de resolução a longo prazo. Nesta circunstância, as propostas desestatizantes no Brasil parecem ser mais uma expressão de comportamentos individualizados (do “salve-se quem puder”) e corporativos, do que uma resposta sistêmica da sociedade ao encaminhamento de uma solução para a crise (formulação de um novo projeto verdadeiramente nacional).

A constituição de posições conflituosas:

A falência do desenvolvimentismo, a crise econômica mundial do início da década de oitenta, unidas a dificuldades enfrentadas pelos Estados nacionais em crescente ineficácia e contestação de sua configuração e de suas ações, produziram uma realidade interna de crise estrutural no Brasil que determinaram e/ou explicitaram o fim de um modelo de desenvolvimento, da forma organizacional da sociedade e de sua identidade coletiva (com isso da própria nacionalidade), constituídos ainda na

primeira metade desse século, que aglutinavam, sob o “guarda-chuva” protetor de um Estado forte e interventor, interesses heterogêneos internos à sociedade. (Diniz & Boschi, 1991; Schneider, 1994; Fiori, 1995; Gouvêa, 1994; entre tantos outros).

A presença de um Estado forte e o fracionamento heterogêneo (Fiori, 1993) dos diferentes grupos regionais, setoriais e funcionais da sociedade (diversidade de racionalidade - de interesses não hegemônicos) permitiram a execução do projeto desenvolvimentista do Estado, bem como, a primazia dessa instituição e de sua estrutura burocrática diante desses outros setores (Weffort, 1978; Ianni, 1971; Schneider, 1994) através de alianças de interesses extremamente instáveis entre eles via Estado (Cardoso, 1972; O'Donnell, 1987; Fiori, 1993; Gouvêa, 1994).

Heterogeneidade preservada, em grande medida graças à capacidade política que os diferentes grupos (...) setoriais e regionais demonstravam durante todas essas décadas de vivência do modelo desenvolvimentista, em proteger seus espaços diferenciados de interesse [dentro da estrutura do Estado]. (Fiori, 1993, p. 145).

Configuração que durante essas últimas décadas (de crise) vem impossibilitando a formulação de um novo consenso e modelo alternativo a essa realidade. Ou seja, em crise, o Estado desenvolvimentista não mais consegue equacionar essa heterogeneidade de interesses (não hegemônicos), o que provoca uma situação que exacerba as disputas e os desacordos entre eles. Conseqüentemente, a falta de uma definição minimamente consensual de um novo modelo de Estado está a dificultar sua reforma estrutural e de função diante da sociedade, fazendo com que os conflitos de interesse entre as várias racionalidades que estavam operante dentro da estrutura dessa instituição, ora em crise, venham impedindo a rápida resolução dos problemas e a constituição de um projeto verdadeiramente nacional que contenha um novo modelo de desenvolvimento, conseqüentemente de nação e nacionalidade.

A diversidade de racionalidades (interesses) em conflito, além de obstaculizar a solução da crise, acaba por agravá-la ainda mais⁵, pois

⁵ Como veremos, a exacerbação dos conflitos entre os mais variados interesses que estavam encrustados no Estado contribuem, no limite, para a impossibilidade de reelaboração de um novo do modelo de desenvolvimento, como também, a sua rápida superação da crise.

prolonga o período para sua resolução e produz uma crescente desvalorização da instituição Estado e do próprio regime democrático, o que pode ser classificado, através dos conceitos estabelecidos por Habermas (1980 e 1987) e Offe (1984 e 1989), como uma *crise de legitimidade*, e assim tomando essa instituição cada vez menos operante (*crise de racionalidade*), contribuindo ainda mais para o esgarçamento da solidariedade social⁶ e da própria identidade (coletiva), conseqüentemente da Nacionalidade. A demora e as dificuldades encontradas na solução da hiperinflação brasileira que se tornou crônica é o exemplo mais visível desse fato, o aparecimento de movimentos separatistas mesmo que incipientes, juntos de uma guerra fiscal entre os estados da federação (crise do modelo de pacto federativo vigente) para atrair investimentos, são outros exemplos⁷.

I

O Estado desenvolvimentista, centro do modelo de desenvolvimento, de organização do consenso econômico, político e social do período anterior (da unidade nacional) e fundamento da identidade e solidariedade coletivas (da nacionalidade), transformou-se, hoje, no centro da crise e a instituição fundamental para a superação e inteligibilidade desse período.

[O Estado brasileiro] ...deu sinal de esgotamento de sua capacidade, exacerbando o seu papel e tamanho, o que gerou uma reação doutrinária e empírica, indicando a redução de seu tamanho e a limitação de seu papel. Esta reação, expressa pela doutrina neoliberal, cujo embasamento contemporâneo encontramos nos pensamentos de K. Popper, F. A. Hayek, M. Friedman, R. Aron e R. Dahrendorf, é ilustrada pelas experiências dos

⁶ Solidariedade é, então, definida como a forma de organização da sociedade, seja em relação a modelo de produção e/ou nas cadeias de inter-relação entre suas várias esferas e os indivíduos com elas e entre si. Assim, definimos, também, o conceito de identidade através do espaço relacional, dizendo de outro modo, a solidariedade e identidade estão fundamentadas também no campo macro político e na *definição de lealdades*. (Monteiro, 1997) e não apenas na forma de organização produtiva.

⁷ A unidade territorial brasileira não é o foco de preocupação e sim a construção de um novo modelo viável de desenvolvimento nacional que seja possível diante dessa realidade.

governos Thatcher na Inglaterra e Reagan nos EUA. Na América Latina, como experiência pioneira, temos a política econômica adotada pelo general Pinochet no Chile, que ganhou continuidade com Patricio Aylwin. (Rodrigues, 1994, p. 52).

A grande dificuldade desse dilema e continuidade dessa proposta (“neoliberal”) está na resolução do *paradoxo* estabelecido no Brasil na questão do relacionamento Estado e Sociedade, muito bem explicitado por Fiori.

Para além do nevoeiro ideológico, a realidade dura e crua de fatos determinados por uma estrutura construída ao longo de sessenta anos de centralização continuada, aponta para um quebra-cabeça de difícil solução: como desvencilhar-se de um Estado de que todos dependem (...), numa luta em que o principal instrumento de poder de cada um é a própria fatia do Estado que controlam? (Fiori, 1995B, p. 121).

A fragmentação do Estado desenvolvimentista e a liberação dos freios que limitavam a autonomia de ação desses agentes, acirraram o comportamento individualizado e estimularam as suas ações na tentativa de autodefesa e na conquista de espaço nas definições para uma nova forma de Estado e de desenvolvimento econômico, retirando desta instituição, assim, a capacidade de mediar os conflitos e dirimi-los através do procedimento da “fuga para frente” (Fiori, 1995B, 116)⁸. O padrão de heterogeneidade de interesses que o Estado Nacional Desenvolvimentista induziu, produziu, alimentou e utilizou (Diniz & Boschi, 1991; Fiori, 1995a e b), tanto na sociedade como dentro de sua própria estrutura burocrática, acabou por determinar em um grau mais elevado o

⁸O desenvolvimentismo se caracteriza pela “fuga para frente” (Fiori, 1995), necessidade de um permanente crescimento econômico e também da estrutura do Estado com a incorporação dos agentes e dos conflitos sociais (Martins, 1985) através de acordos (“compromissos” - Weffort, 1978), dessa forma entendemos que o desenvolvimentismo tende, pela sua própria constituição, a deixar de ser operacional por dois motivos básicos: pelo gigantismo que o Estado vai atingindo e nos momentos de dificuldades econômicas quando toda essa estrutura deixa de ser funcional e passa a ser um estorvo a toda a sociedade, devido ao poder que concentrou e aos interesses que ali se originaram ou foram introjetados. É através dessas características que podemos estabelecer que os parâmetros de inteligibilidade da crise do “Welfare State” são adequados ao entendimento da crise atual do Estado brasileiro, como fez Draibe (1988 e 1989).

acirramento e a dificuldade de resolução dos atuais impasses, a fim de constituir um novo consenso.

É com essa perspectiva que encaramos a década de oitenta, os anos noventa e seus acontecimentos, em que o término da transição para a democracia e as reformas administrativas do Estado não representaram o fim da crise institucional, o restabelecimento da legitimidade do Estado e a elaboração de um novo projeto nacional. Assim, gostaríamos de estabelecer que consideradas às dificuldades internas no Brasil; a realidade e a expectativa de solução problematizam-se ainda mais quando unem-se a esses acontecimentos internos as atuais transformações internacionais da economia e da geopolítica como a globalização e a formação de blocos (o Mercosul).

Coloca-se, assim, novas dificuldades (externas) à resolução do dilema brasileiro, pois ao perder o Estado como principal referencial de unidade nacional potencializam-se os conflitos (internos) entre os interesses heterogêneos e gera problemas estruturais que afetam as bases da nacionalidade. Isso tudo, num período em que, nos parece, ser fundamental a formulação de um modelo de nação e de Estado que permitam ao país ter boas condições para se inserir nesse novo patamar da ordem internacional. *É nesse contexto de realidade que avaliamos ser importante um estudo sobre a Nacionalidade em correlação com a crise do Estado no Brasil.*

As perspectivas de solução desenvolvidas nos anos 80 e 90:

A falência do Estado desenvolvimentista (Fior, 1995a e b; Bresser Pereira, 1996) com sua crescente deslegitimação por parte da sociedade e incapacidade de atuação produziram um viés de entendimento do Estado e de seu padrão de ação na sociedade (intervencionismo) a partir da negatividade, e dessa forma através da via de solução fundamentada na destruição da máquina e da configuração existente (operacionalizada através das várias reformas administrativas)⁹. O que nos impõe um procedimento metodológico de análise e de pesquisa que englobe o estudo do Estado Brasileiro, sua crise estrutural e conjuntural e o modo como ela

⁹ O Estado brasileiro em disfuncionalidade estrutural mantém nichos de poder em sua máquina, o que acaba criando conflitos e a defesa por grande parte dos grupos organizados da sociedade de princípios de destruição da estrutura burocrática pública (Oliveira, 1997).

vem sendo entendida pelos agentes políticos, bem como, sua reforma, a fim de estabelecer como se dá o entendimento da unidade nacional (nacionalidade) e a possibilidade da elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento diante dessa realidade.

Nossa pesquisa busca, então, constituir uma contraposição entre o modelo em crise e as perspectivas de alteração a tal modelo, a fim de entender com está sendo possível, ou não, a formulação de um novo projeto de desenvolvimento nacional sem a primazia do Estado e, assim, concomitantemente determinando a configuração do novo modelo de Estado e de sua capacidade de ação, além de como está se refletindo a crise na possibilidade de alterações no modelo de nacionalidade.

I

A forma de organização e de identidade dos diversos grupos de interesse (Diniz & Boschi, 1995; Gouvêa, 1994) e a maneira de utilizarem o seu poder de imposição (Fiori, 1995B), na busca de resolver as discordâncias exacerbadas pela crise, cuja “ponta do *iceberg*” são a crise econômico-fiscal e a reestruturação do Estado com maior ou menor capacidade de ação diante da sociedade, produziram exageros, aberrações e anacronismos de todos os lados (Albuquerque, 1995), que estão expressos em documentos como as propostas de reforma do Estado, as leis, os discursos, as análises e as reportagens realizadas durante pelo menos essas últimas duas décadas.

A crise de governabilidade (Martins, 1995) ou de governança (MARE/ENAP, 1995)¹⁰, que na fase destrutiva e negativa da década de oitenta e início de noventa produziu a falência da capacidade do Estado de avaliação e planejamento, chega ao limite com a crise econômica e os casos de corrupção no Governo Collor¹¹ (Krieger, Novaes e Faria, 1992; Rua, 1994). Desta nova conjuntura, emana do debate político uma variada gama de documentos para a reconstrução do Estado com contornos mais

¹⁰ MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado, ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

¹¹ No nosso entender o governo Collor de Melo é o marco final da configuração ainda operante do Estado constituído no pós-30.

definidos (Albuquerque, 1991; Bresser Pereira, 1995; Fiori, 1995a, 1995b; IPEA 1994; MARE/ENAP, 1995; Tavares, 1993; Veloso, 1991, 1992, 1993, 1995; etc.), mas não totalmente convergentes nos seus fundamentos institucionais, capacidade de ação e gerenciamento diante das outras esferas da sociedade (Oliveira, 1997). Pois a nova forma de configuração do Estado parece que só pode ser definida através da constituição de um novo modelo de desenvolvimento e de coletividade nacional ao Brasil, que estabeleça um pacto entre as várias forças atuantes e assim conquiste a hegemonia social e lance as bases de um novo projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil adequado às novas realidades internas e externas (conjunturais e estruturais). Forma que se faz necessária por não mais se poder - e/ou aparentemente não mais querer - contar com a supremacia do Estado e sua ação interventora perante a sociedade (Dreifuss, 1989). Entendimento que fundamenta a nossa posição teórico-metodológica e baliza nossa pesquisa sobre o objeto.

II

Ao reconstruir, através de fontes secundárias, as bases do padrão de nacionalidade estabelecido pelo modelo desenvolvimentista de Estado, pode-se definir os procedimentos de inteligibilidade da crise iniciada no fim do regime autoritário e ao mesmo tempo estabelecer um arquétipo comparativo que nos permita entender como está sendo definida as propostas de constituição de fundamentos para um novo pacto de desenvolvimento e reformulação da nacionalidade, bem como a possibilidade de sua execução. E dessa forma, também, lastrear teoricamente, mesmo que em parâmetros iniciais, a hipótese básica do trabalho e a pesquisa do doutorado.

A pesquisa (fontes primárias) se iniciará e se fundamentará na documentação referente às reformas do Estado, a fim de determinar como estão sendo conduzidas as propostas e os seus fundamentos “ideológicos” ou “teleológicos” em relação a sociedade¹². Uma vez determinado nesses

¹² A preocupação nesse tipo de documentação não está apenas no diagnóstico e prognósticos que as propostas realizam ao serem apresentadas à arena política para apreciação e discussão,

documentos os elementos fundamentais que situam o objeto da pesquisa, esses dados serão confrontados, enriquecidos e aprofundados com a análise de outras fontes (primárias) como entrevistas de tecnocratas, políticos ou personalidades afins, realizadas pela imprensa e órgão especializados, documentos emitidos por órgãos e agentes sociais de relevância, além de análises e pesquisas publicadas por outros autores políticos e/ou acadêmicos sobre o período (assim, estabelecendo parâmetros comprobatórios com as fontes secundárias), compondo um panorama do momento pelo qual passa o país e com isso definindo os fundamentos empíricos e também teóricos comprobatórios da hipótese básica.

Esse procedimento de análise busca responder e se realizar através dos enquerimentos aos textos, construídos através do objetivo da pesquisa (Carmo, 1996), dessa forma, focando a crise e ampliando as perspectivas de intelegibilidade dos componentes de sua composição e superação. Assim, a análise busca uma compreensão dos dados (documentos) não só pelos seus enunciados de diagnósticos e prognósticos da crise do Estado e da sociedade, mas também, pelos seus enlaces e suas origens ideológicas (enquanto uma formação discursiva¹³), o que será útil para a avaliação mais específica dos atores e seus papéis na arena decisória e para a compreensão da situação atual na qual a heterogeneidade social com sua crivagem regional, setorial e funcional; ação clientelista, patrimonialista e corporativa; e inter-relação com os acontecimentos históricos internacionais do período, constitui o elemento da crise, o agente de sua superação e um grande limite à elaboração de um novo projeto nacional.

III

Para uma melhor explicitação da forma da pesquisa devemos observar que a idéia de buscar o que há de oculto nos dados da pesquisa se estabelece nos princípios básicos da Ciência Social em dois estágios: na reificação do objeto e no aprofundamento do conhecimento (Bourdieu,

mas sua relevância analítica está também nos trâmites processuais e nos encaminhamentos dentro das instituições representativas da sociedade, como o Congresso.

¹³ Formação discursiva é aqui entendida com um inter-texto, ou seja, um texto elaborado a partir de um discurso fundador e através de um contexto histórico específico (Carmo, 1996).

1975). O primeiro trata de um momento inicial da pesquisa, no qual se estabelecem e se misturam o modelo analítico-conceitual e a aposta pessoal do pesquisador na forma de conseguir a melhor apreensão do objeto, com a intenção de possibilitar a sua retirada do nível do censo comum, dando-lhe o "status" de um objeto de interesse científico. O segundo momento se realiza com a pesquisa, o objeto reificado (retirado do nível apenas aparente do censo comum) vai sendo decifrado e aprofundado permitindo novos conhecimentos sobre si mesmo e sobre outros. É nesse sentido e sobre essas bases que buscamos a análise do período atual, no intuito mais geral de encontrar as pistas para se entender quem e como se relacionam em sociedades essas pessoas que se definem e/ou são definidas como brasileiros e, de forma mais específica, estabelecer alguns caminhos de intelegibilidade da atual crise brasileira.

É a partir desse patamar, que se articularam os procedimentos analíticos proporcionados pelo aprofundamento da pesquisa na definição das grandes questões estabelecidas (objetivo). Ao se determinar quem são e como se relacionam os agentes políticos e sociais a partir do advento do Estado intervencionista de 30 e a relação deste e da sociedade até o regime militar iniciado em 64, constituiremos uma síntese de definição do padrão de identidade e solidariedade social (Nacionalidade) brasileira¹⁴. Dados estruturais e conjunturais que serão utilizados como modelo epistêmico de comparação para a inteligibilidade da realidade de crise dos anos 80 e 90 bem como as perspectivas de mudanças engendradas nesse período, premissas construídas num movimento de permanente confronto com a hipótese básica, no intuito de sua comprovação ou não e de elaboração de um entendimento científico sobre o tema estudado.

A análise, por estar fundamentada na sociedade em seu *nível político e institucional*, tendo o Estado como elemento de permanente investigação e contraponto, situa o conceito de nacionalidade fora do espaço cultural e de suas manifestações¹⁵. Identidade e solidariedade

¹⁴ Segundo Hobsbawm (1990), a nacionalidade é um conceito da modernidade definido somente a partir do Estado Nacional, que é outro produto da modernidade.

¹⁵ Segundo Mota (1995), devido a diversidade cultural existente no país, não podemos estabelecer uma unidade social através dos conceitos de cultura brasileira, cultura nacional, nacionalismo cultural, etc., e também "... numa palavra, a consciência *cultural* nunca incorporou sistemática e criticamente a implicação *política* de sua própria existência, e por esse motivo

sociais, que definem o conceito de nacionalidade aqui empregado, estão limitados em critérios sociológicos e políticos, nesse trabalho, enquanto a base organizacional e de uma unidade da sociedade, através da maneira do inter-relacionamento dos brasileiros em sociedade e entre seus diferentes níveis e agentes, bem como a maneira que essas pessoas se definem e se identificam entre si e com as esferas institucionalizadas. Dessa forma consideramos que o foco da pesquisa se baliza em 4 diferentes *ambientes relacionais* dessas esferas políticas e também sociológicas, no qual podemos encontrar os indícios de como está sendo entendido e processado a atual crise, bem como as formas de sua superação. Os ambientes são: os *escritos acadêmicos* enquanto espaço de desenvolvimento do conhecimento e também expressão mais teórica das ideologias; os *discursos políticos* sejam eles os discursos propriamente dito, os programas partidários, os debates e os encaminhamento de leis e propostas (espaços de propagação e de definição ideológicas da sociedade); a *administração pública* enquanto espaço privilegiado de ação, de planejamento e de elaboração ideológica; e o outro ambiente é o da *efetivação das políticas públicas*, ou seja, os caminhos, ações e relações necessárias para que a sociedade (os diversos agentes) pautem a ação das agências governamentais e do próprio Estado, ou seja pautada por eles.

A divisão destas esferas relacionais em que estabelecemos os fundamentos do conceito de nacionalidade aqui aplicado, tem uma função mais metodológica e analítica para a pesquisa do que uma correspondência direta com a realidade na qual todos esses ambientes pertencem, se relacionam e se misturam.

Neste sentido pode-se correlacionar os dois primeiros ambientes em um espaço mais voltado à expressão de uma identidade social e à importância de serem analisados dentro da avaliação feita por Sader e Paoli: "O conhecimento dos discursos sobre a sociedade e a história (...) assume importância fundamental porque condiciona o próprio objeto que nomeia entranhando-se em seus acontecimentos." (Sader & Paoli, 1986, p. 62, grifo nosso).

Já os dois outros ambientes estão relacionados a espaços mais institucionalizados, onde a solidariedade coletiva, da sociedade, tem maior

pouco auxiliou na elaboração e adensamento de uma consciência social". (p. 418, grifo do autor).

expressão, no sentido de estarem diretamente ligados a estrutura do Estado e a seus procedimentos de ação e de inter-relação direta com os agentes da sociedade.

Com isso queremos chamar a atenção para o fato de que há uma dinâmica inerente aos que chamamos de entidades [públicas] (...), qualquer que seja o regime político prevalecente, (...) e uma independência relativa que reforça a tendência para se constituírem em subpolos de poder. (Martins, 1985, p. 94).

Além do que, o modo de ação e inter-relacionamento entre Estado e sociedade define como está estruturada a sociedade, bem como, a sua forma organizacional (solidariedade coletiva) e sua identidade e dos indivíduos que a constitui.

IV

Uma vez estabelecidos os parâmetros da análise no tocante ao nível da sociedade e definindo este espaço como uma comunidade discursiva (Carmo, 1996), uma unidade na qual os diversos agentes sociais e políticos e seus discursos se interagem e, por isso, se tomam passíveis de análise e de comparação (reificação do objeto) o passo seguinte da pesquisa está no tratamento analítico que iremos dar aos documentos.

A análise por nós pretendida não busca estabelecer procedimentos investigativos e de resultados da semiologia, e nem do pragmatismo enunciativo (Ducrol, 1987) e sim formas muito mais próximas das técnicas e das novas tendências da Análise de Discurso (Carmo, 1996). A nossa perspectiva se fundamenta no entendimento de que esses textos (discursos) e seus autores, objetos desse nível da nossa análise, estão inseridos em um contexto que os tornam parte da sociedade e de seus acontecimentos. Dessa forma, os textos emergem de uma realidade que os especificam e os limitam, datando-os e balizando a sua capacidade de interpretação e seu caráter teleológico. Tornando, dessa maneira, esses textos compreensíveis enquanto uma expressão histórica e ideológica de seu tempo e circunstância (Bakhtin, 1979), demonstrando os critérios e os limites dos seus autores (ethos do autor - Maingueneau, 1989) e dos

contextos do qual fazem parte, bem como, os seus adversários e os seus contrapontos (os antiethos - Maingueneau, 1989).

Assim de forma específica os textos serão analisados a partir de sua confrontação com questões básicas - definidas pelo objetivo da pesquisa - que buscarão retirar dessa construção discursiva: o autor (sujeito) enquanto parte do processo histórico; sua posição social, política e ideológica; as condições históricas e ideológicas (discurso fundante) que alicerçam essa perspectiva e o documento; os seus "adversários" (o outro - os agentes políticos e sociais); a análise e o entendimento da realidade (a crise); e as suas propostas de superação da crise (teleologia). Esse critério analítico-metodológico de reificação e inteligibilidade do objeto se assenta nos parâmetros multidisciplinares, que a partir dos anos 80, se tornaram a base da técnica da Análise do Discurso (Carmo, 1996).

A Análise do Discurso (AD) de origem francesa ultrapassa os seus cânones estruturalista dos anos 60 - de assujeitamento dos indivíduos - e busca uma forma de inteligibilidade da sociedade através dos discursos, mas recolocando as pessoas enquanto sujeitos históricos e suas obras como expressão, resultado e interação desses seus autores com a sociedade. Sem ignorar os elementos estruturais e a força das ideologias na constituição do conhecimento, dos discursos e da própria pessoa a AD, então, busca abranger também o espaço criador dos agentes e sua forma de organização. Assim, possibilitando-nos uma maneira de investigar através de documentos as novas formas instituinte de sociedade que estão sendo criadas dentro do limites dados pelos velhos padrões inoperantes (a crise). Ou seja, os textos construídos no período individualmente podem apenas representar a crise do modelo desenvolvimentista ou proposta não coletiva de superação, mas acreditamos (uma aposta metodológica lastreada nesta propositura) que uma análise do conjunto irá além.

É sob esses aspectos que estão estabelecidos o modelo metodológico, no qual a pesquisa é fundamental, operacionalizada em toda as fases descritas do procedimento analítico e definida "a priori" apenas em suas linhas mais gerais e posteriormente reelaborada diante do seu próprio desenvolvimento e do desvendamentos dos elementos de inteligibilidade que estão ainda ocultos.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, R. C. Revisão do Estado brasileiro IN: VELLOSO, J. P. R. (Coord.), *O leviatã ferido*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991
- ALMEIDA, M. H. T. O corporativismo em declínio, IN: DAGNINO, E. (Org.), *Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ALMEIDA, M. H. T. Federalismo e políticas sociais. *RBCS*, número 28, ano 10, 1995.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BECKER, B. K. & EGLER, C. A. G. *Brasil: Uma potência regional na economia mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BENEVIDES, M. V. M. *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BORDIEU, P. *El oficio del sociólogo*. Buenos Aires: siglo XXI, 1975.
- BOSCHI, R. & DINIZ, E. Burocracia, Clientela e Relações de Poder: Um modelo Teórico. *DADOS*, n. 17, 1978.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Pactos Políticos*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1985.
- BRESSER PEREIRA, L. A crítica da direita e da esquerda e um Estado em crise. rev. *Lua Nova*, número 25, 1992.
- BRESSER PEREIRA, L. *A reforma da Administração Pública no Brasil*. Brasília: MARE, 1996.
- CAMPELO DE SOUZA, M. C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.
- CARMO, S. I. S. *A construção da Pátria: o discurso eleitoral pela TV na campanha de 89*. Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Educação USP, São Paulo, 1996.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, C. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- DÍNIZ, E. BOSCHI, R. O corporativismo na construção do espaço público. IN: BOSCHI, R. (Org.), *Corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: Rio Fundo ed, 1991
- DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfose*, São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- DRAIBES, S. O Welfare State Keynesiano e o Welfare State Brasileiro, *Cadernos Cebrap*, número 24, São Paulo, 1989.
- DRAIBE, S. & HENRIQUE, W. Welfare State, crise e gestão da crise, *RBCS*, n(6, vol. 3, fevereiro, 1988.
- DREIFUSS, R. A.. *O jogo da direita: na Nova República*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- DREIFUSS, R. A. . A organização da direita, IN: *Estratégia: Uma saída para Crise*. São Paulo: ed. Brasil Urgente /Instituto Cajamar, 1996.
- DREIFUSS, R. A. . 1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981
- DUCROL, O. Pressupostos e subentendidos (Reexame), IN: DUCROL, O. *O dizer e o dito*, Campinas: Pontes, 1987.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 1973.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasi*, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FIORI, J. L. Análise política do tempo conjuntural. *DADOS*, vol. 34, n(3, 1991
- FIORI, J. L. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro, IN: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993
- FIORI, J. L. O federalismo diante do desafio da globalização, IN: AFFONSO, R. B. A. & SILVA, P. L. B. (orgs.) *A federação em perspectiva : ensaios selecionados*. São Paulo: FUNDAP, 1995.
- FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Insight, 1995A.
- FIORI, J. L. *O vôo da Coruja*. Rio de Janeiro: ed UERJ, 1995B.
- FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: USP, 1969.
- GOMES, A. C. *A invenção de Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

- GOUVÊA, G. P. *Burocracia e Elites Burocráticas no Brasil*. São Paulo: Paulicéia, 1994.
- HABERMAS, J. *A crise de Legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1980.
- HABERMAS, J. *Mudanças estruturais na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- HOBSBAWM, E. J. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, N. As empresas estatais e a reforma do Estado brasileiro. IN: VELLOSO, J. P.R, *Crise do Estado e a retomada do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: 1992.
- IANNI, O. *Estado e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1965.
- IANNI, O. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1968.
- IANNI, O. *Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1971
- KRIEGER, G; NOVAES, L. A & FARIA, T. *Todos os sócios do presidente*. São Paulo, 1992.
- KOVAL, B. *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1989.
- MARE/ENAP. *Plano Diretor da reforma do Estado*. Brasília: MARE, 1995.
- MARTINS, L. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós 64*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- MARTINS, L. Reforma da administração pública e cultura política no Brasil: Uma visão geral. *Cadernos ENAP*. n. 8, Brasília: ENAP, 1995.
- MARTINS, L. Crise de poder, Governabilidade e Governança. IN: VELLOSO, J. P. R. & Albuquerque, R. C. (Coord.), *Governabilidade e reformas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1995A.

- NARDINI, C. República e coronelismo. *REV. ESTUDOS*, vol. 16, n. 4, 1989.
- NOVAES, F. A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial: séc. XVI XVIII*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1978.
- O'DONNELL, G. *Contrapontos: Autoritarismo e Democratização*. São Paulo: Vértice, 1986.
- O'DONNELL, G. *Reflexões sobre o Estado Burocrático-Autoritário*. São Paulo: Vértice, 1987.
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OFFE, C. *Problemas Estruturais e o Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: ed Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, E. A. *Reestruturação do Estado no pós milagre: O conflito de grupos de interesse sob a égide do corporativismo*. dissertação de mestrado UNESP Araraquara, São Paulo, 1997, mimeo.
- RUA, M. G. *Democratização, sindicalismo e neutralidade da burocracia: o caso do Banco do Brasil*. paper apresentado na 18 Reunião da ANPOCS, Caxambu, 1994, mimeo.
- SAES, D. A. M. *Classe Média e o sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SAES, D. A. M. *A formação do Estado Burguês no Brasil: 1888-1991*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985A.
- SAES, D. A. M. A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina. IN: DAGNINO, E.(Org.), *Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SADER, E. & PAOLI, M. Sobre as 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro. IN: CARDOSO, R. C. *Aventuras antropológicas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SCHNEIDER, B. R. *Burocracia pública e política industrial no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1994.
- SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- SCHWARTZMAN, S. A sociologia e a reforma do Estado. IN: rev. Semestral de Sociologia, *Sociedade e Estado*, 1995.

- TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TRINDADE, H. Bases da democracia no Brasil: lógica liberal e prática autoritária (1822-1945). IN: ROUGUIÉ, A, *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- URICOCHEA, F. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no séc. XIX*. Rio de Janeiro, 1978.
- VELLOSO, J. P. R. & ALBUQUERQUE, R. C. (Coord.), *Governabilidade e reformas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1995A.
- VELLOSO, J. P. R. & ALBUQUERQUE, R. C. (Coord), *Crise do Estado e a retomada do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1992.
- VELLOSO, J. P. R. & ALBUQUERQUE, R. C. (Coord), *O leviatã ferido*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991
- WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.